

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: “Privatizar” PPSA é antecipar receita com desconto	2
Título: Pazuello é um dos ministros menos recebidos pelo presidente	4
Título: Desnecessária universalização do gás	6
Título: Companhias avaliam novos gasodutos após Lei do Gás	8
Título: Abertura do setor ainda tem algumas pendências.....	10
Título: Estudo diz que eficiência energética tem melhor custo-benefício que autogeração .	12
Título: Sigma capta US\$ 13 milhões no Canadá e conclui financiamento de projeto de lítio	13
Título: Primeira mulher a comandar siderúrgica da ArcelorMittal	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: » Tudo ou nada.	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Bolsonaro só pensa em 2022	16
VEÍCULO: O Globo	17
Título: Estatais que governo planeja privatizar são só 17% do total	17
Título: 'O desafio da privatização continua sendo ideológico'	20
Título: Lá no meu sertão	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/08/2020****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner e Andréa Jubé — De Brasília****Título: “Privatizar” PPSA é antecipar receita com desconto**

A ideia do ministro da Economia, Paulo Guedes, de privatizar a estatal PPSA, que ele voltou a mencionar na semana passada, na verdade significa fazer uma megaoperação de antecipação de receita por meio da venda de petróleo da União, que a estatal administra quando os barris lhe são entregues no regime de partilha. A empresa em si, vale quase nada e é uma mera administradora do recurso da União.

No movimento de “privatização”, uma das discussões mais relevantes dentro do governo, e que afeta diretamente a questão fiscal, é sobre qual a taxa de desconto a ser aplicada para trazer essa receita futura em valor presente, caso a operação siga adiante. No próprio governo as avaliações são de que dificilmente essa taxa será menor que os juros de longo prazo dos títulos públicos, o que provavelmente tornaria mais cara do que a rolagem da dívida.

Apesar de estar colocada como prioridade de Guedes, o processo ainda não está muito avançado, dizem fontes. E há uma divisão na ala militar do governo sobre se isso deve ou não andar.

Além dessa possibilidade, o **Valor** apurou que o governo também estuda realizar a conversão de contratos de partilha atuais em concessão. Para esse caminho, o governo pode aproveitar o Projeto de Lei 3.178, do senador José Serra (PSDB-SP), que já prevê a possibilidade de uso do regime de concessão em algumas licitações para a exploração de áreas ligadas ao pré-sal por decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

“Nos que estão vigentes, estamos estudando converter o modelo, tem que ser um jogo de ganha-ganha, tem que ter atrativo para o cara sair e tem que ser bom para a União. O TCU não vai deixar um negócio que gera perda”, disse uma fonte.

Outros fatores também vão ser fundamentais para uma avaliação sobre se a operação de antecipação de receitas será boa ou ruim para o país. Entre eles, qual o preço de referência do barril do petróleo para assinatura do contrato. E isso também está diretamente ligado ao tamanho da taxa de desconto. “Se for US\$ 100, não faz muita diferença a taxa de desconto. Se for US\$ 30, faz muita diferença”, comentou uma fonte.

Além desses dois elementos, o volume a ser antecipado também tem grande relevância. O ministro já falou que a “privatização” pode render R\$ 400 bilhões ou R\$ 500 bilhões. E, nesses valores, pequenas variações na taxa de desconto fazem bastante diferença, tanto para o investidor como para os cofres públicos.

Antecipação de receita não é necessariamente uma operação ilegal. Mas pode significar uma manobra que mascara a real situação fiscal do país no presente. Uma fonte comparou esse movimento ao processo de capitalização da Petrobras em 2010, no qual a União entregou barris de petróleo do pré-sal (cessão onerosa) e recebeu dinheiro à vista, sendo que parte do recurso foi para a capitalização da empresa e outra parte para engordar o resultado primário daquele ano.

No caso atual, se a medida avançar nos volumes mencionados por Guedes, vai conseguir abater grande parte do aumento da dívida que está sendo gerado pelo combate à pandemia da covid-19. Ou seja, melhorará a aparência fiscal do país no curto prazo. Como, contudo, ela retira receitas do futuro, o quadro estrutural do país não muda com a operação.

E em termos matemáticos pode até ser pior, se a taxa de desconto for maior do que a taxa de juros que o governo teria que pagar pela sua dívida. E muito provavelmente o será, afinal o petróleo futuro tem risco de não se materializar, enquanto a dívida pública é por definição econômica o ativo de menor risco. Dessa forma, o investidor só deve topar a operação se o ganho dele for maior do que simplesmente comprar um título público de longo prazo e carregar em sua carteira de investimento.

A Casa Civil comandada pelo general da reserva Walter Braga Netto não se opõe, desde que não haja prejuízo para a União. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, já se declarou contrário ao negócio recentemente. Ele mesmo contestou a ideia de que a operação seria uma privatização da PPSA. “Nem é uma empresa que possa ser privatizada”.

Na ocasião, ele argumentou que a PPSA já vendeu mais de R\$ 1 bilhão em óleo-lucro até hoje. “Se fizermos uma prospecção dos recursos que poderão vir a ser arrecadados para a União nos próximos 30 anos, e isso depende muito do valor do petróleo, estamos falando em 1,5 trilhão em 30 anos”, disse.

Um parlamentar com acesso à discussão disse que não considera a operação uma antecipação de receita. “Não creio. É um ativo, o que é diferente de receita tributária”, disse a fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/08/2020****Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília****Título: Pazuello é um dos ministros menos recebidos pelo presidente**

O Brasil superou mais de 107 mil mortos por covid-19, número que não para de crescer, mas a agenda oficial do presidente Jair Bolsonaro revela que o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, é um dos cinco ministros que menos têm frequentado o gabinete presidencial.

O militar completou no fim de semana 90 dias no cargo, que assumiu interinamente com a saída do médico Nelson Teich, quando eram 15 mil mortos pela doença. Apesar dos elogios do chefe, que o efetivou, o novo ministro reuniu-se com Bolsonaro apenas seis vezes e participou de uma cerimônia. Dessas, duas foram reuniões ministeriais, com todos da Esplanada, e outra em que o acompanhou num encontro virtual com presidentes do Mercosul. Não há registro de reunião privada entre os dois.

Procurados, o ministro da Saúde e a Presidência da República não quiseram se manifestar.

Dos 23 ministros, Pazuello só foi mais recebido que três de seus colegas (os da Agricultura, Banco Central e Direitos Humanos). E isso inclusive se considerados os que saíram nesses 90 dias, como Abraham Weintraub, demitido do Ministério da Educação há dois meses, mas que teve em 30 dias as mesmas seis reuniões que o titular da Saúde em três meses.

O presidente tem negado que prioriza a economia no lugar das vidas, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve oito vezes mais a sua atenção - foi recebido 49 vezes. Ernesto Araújo (Itamaraty), Marcelo Álvaro Antônio (Turismo), José Levi (Advocacia-Geral da União), Fábio Faria (Comunicações), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Onyx Lorenzoni (Cidadania), Fernando Azevedo (Defesa), Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) também tiveram mais reuniões com o presidente nesses três meses em que a crise sanitária se agravou.

Os mais assíduos no gabinete presidencial são Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, Jorge de Oliveira, da Secretaria-Geral, Braga Netto, da Casa Civil, e Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Isso, contudo, é comum aos governos: os ministros que despacham no Palácio do

Planalto estão fisicamente mais próximos do presidente e costumam participar de reuniões que envolvem múltiplas áreas, atuando como conselheiros.

Na semana passada, após o país registrar mais de 100 mil mortos, Bolsonaro não teve reuniões com o responsável por planejar, coordenar e executar as ações de saúde pública. O presidente viajou a São Paulo, Rio de Janeiro e Belém para inaugurar obras, onde apoiadores se aglomeraram para vê-lo. As visitas, em tom eleitoral, ocorrem desde que se recuperou da covid-19.

A ausência de reuniões destoa até dos outros dois ministros da Saúde que antecederam Pazuello e com os quais Bolsonaro não nutria boa relação. Luiz Henrique Mandetta, que saiu brigado por discordar dos ataques ao isolamento social e da pressão pela retomada das atividades econômicas, encontrou o presidente 13 vezes entre 20 de março, quando foi decretada a calamidade pública em razão da covid-19, e 16 de abril, quando foi demitido.

Teich, que saiu por discordar da liberação da cloroquina como tratamento (o que depois se comprovou cientificamente ineficaz), também permaneceu menos de um mês no cargo, mas teve dez encontros com o presidente. Na época, auxiliares argumentavam que Bolsonaro teve problemas com ambos e, por isso, pouco os recebia. Guedes esteve em 50% mais reuniões, já demonstrando a preferência pela economia.

O atual ministro está mais alinhado com o presidente. Ele autorizou o uso da cloroquina como protocolo para tratamento, modificou a sistemática de divulgação dos dados da covid-19 e participou da live semanal com Bolsonaro para falar sobre a compra da possível vacina.

Parlamentares se dividem sobre a falta de reuniões. Ex-ministro da Saúde, o deputado Alexandre Padilha (PT-SP) ironizou que “só falta alegar distanciamento social” para não se encontrar com Pazuello. “O tempo que Bolsonaro gasta reunindo-se com quem ocupa o Ministério da Saúde, passeando de jet ski, indo comer churrasquinho, em cerimônias militares ou inauguração de obras feitas pelos outros mostra a prioridade com a qual trata a saúde.”

Já o deputado Luiz Antonio Teixeira Jr (PP-RJ), coordenador da comissão da Câmara sobre a covid-19, afirmou que Pazuello melhorou muito a logística da área e tem a confiança de Bolsonaro, o que não ocorria com Mandetta. “Como não tem conhecimento técnico, Bolsonaro dá liberdade de trabalho para o ministro. Está deixando as coisas nas mãos de quem tem confiança. É um pouco de como ele fez com o Paulo Guedes, que tem autonomia”, disse. Guedes, porém, esteve com ele uma vez a cada dois dias.

A cientista política Ana Junqueira, da E-Relgov Consultoria, concorda que a falta de reuniões não significa afastamento. “60% das reuniões do presidente são com ministros e Pazuello se mantém mais distante, mas isso não é indício de troca ministerial e nem mesmo de insatisfação de Bolsonaro com ele”, disse.

O levantamento, feito pela E-Relgov a pedido do **Valor**, considerou as reuniões divulgadas nas agendas oficiais do presidente e de Pazuello. No caso dos outros ministros, foi checada a participação nas duas reuniões ministeriais, para saber quem de fato esteve presente, porque o Palácio do Planalto não informa. Não foram incluídas cerimônias e viagens em que não há registro dos participantes na agenda presidencial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2020

Seção: Opinião

Autor: Joisa Dutra

Título: Desnecessária universalização do gás

A análise dos desafios de infraestrutura na América Latina e Caribe proposta pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) para 2020 é muito oportuna, especialmente quando articulamos esses desafios com as reformas de infraestrutura no Brasil. Alguns pontos que devem ser especialmente considerados: as fragilidades enfrentadas na prestação de serviços de infraestrutura dificultaram o enfrentamento da pandemia e o distanciamento social; e a alta expectativa de canalizar recursos para investimentos em energia, água e transportes para acelerar a recuperação na crise da pandemia.

O relatório Development in the Americas (DIA) para 2020, do BID, dá pistas importantes no sentido de guiar e pensar estrategicamente como e onde investir para assegurar infraestrutura de qualidade e na recuperação. É essencial prestar atenção na qualidade dos investimentos em infraestrutura a fim de garantir que sejam, de fato, vetores de crescimento e desenvolvimento no país e na região.

E não se venha argumentar que as tarifas cobradas dos usuários podem e/ou devem cobrir os custos de expandir redes, pois o consumidor não aguenta mais pagar contas que não lhe dão contrapartida na forma de serviços de qualidade

Seguindo as lições do relatório, a qualidade do investimento é chave no desenho e implementação de políticas em infraestrutura. O Brasil debate no Congresso e fora dele reformas e(m) infraestrutura. Em julho foi sancionada a Lei 14.026/20, que atualiza o marco do saneamento básico. A necessidade da primeira é, felizmente agora, reconhecida como inconteste. Capacita o setor a

atrair capitais privados para ajudar os investimentos públicos no alcance do objetivo de universalizar acesso à distribuição de água potável e tratamento de esgoto. A decisão quanto aos vetos, a serem apreciados proximamente, pavimenta o caminho para um cenário mais arrojado ou mais lento na garantia do acesso da população.

Agora os holofotes se voltam para a esperada votação da proposta de reforma do gás natural (Projeto de Lei 6.407/2013). A proximidade da votação faz surgir propostas alternativas e muitas partes de agentes que rejeitam mudanças. Alguns, pegando carona no objetivo de universalização, argumentam que todos os brasileiros merecem acessar a riqueza do gás do pré-sal via redes. Esse argumento carece de racionalidade econômica, servindo mais para emplacar um bordão. O #gasparatodos vai na contramão da primeira transformação apontada pelo BID que afeta a infraestrutura: o fim da “era do concreto e do aço”, quando o foco deve ser nos serviços e nas pessoas que deles se beneficiam, e a digitalização.

Desde as reformas liberalizantes da década de 1990, aumentamos nossa capacidade de atrair capitais privados, importantes aliados no desafio de desenvolver setores de infraestrutura. No primeiro momento, alcançamos acesso universal a telecomunicações. Esse exemplo é emblemático, pois as transformações tecnológicas que propiciaram esse acesso universal mudaram o curso da história.

Como resultado, ainda que o foco inicial fosse a telefonia fixa, em abril de 2020 havia mais de 225 milhões de contratos de telefonia celular, frente a 32 milhões de telefones fixos - de acordo com dados da Anatel de abril de 2020. Enquanto a densidade da telefonia móvel é de 90,27 por 100 habitantes, a telefonia fixa alcança 46,25 de cada 100 domicílios.

Em um segundo momento, o país atingiu acesso universal à eletricidade. O programa Luz para Todos foi bem-sucedido em impulsionar o acesso, combinando financiamento por tarifas cobradas dos usuários do próprio serviço com regulação e responsabilidades atribuídas às concessionárias de distribuição de eletricidade - segmento que já havia experimentado privatização e entrada na década de 1990. Como resultado, mais de 99,8% da população está conectada.

O Brasil já alcançou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 7, que preconiza acesso a energia moderna, confiável e sustentável para todos. Isso se traduz em acesso a eletricidade e energia limpa para cocção - não em redes que alcancem a toda a população. De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA), mais de 99,8% da população tem acesso à eletricidade, e 96% da população faz uso de instalações de cocção como fonte de energia limpa. O gás

liquefeito de petróleo - o gás de botijão - já cumpre essa função, e as reformas do gás também poderão reduzir seu preço para uso residencial.

Não há dúvida que o acesso universal à energia é importante para promover equidade distributiva; contudo, não bastasse a visão do BID de que infraestrutura não é obra, a literatura econômica, que (felizmente) mede o impacto de programas dessa natureza, é farta em evidências de que não basta estabelecer o objetivo de expandir redes. Mesmo no caso da eletricidade, a expansão das redes algumas vezes falha em produzir impactos econômicos e sociais relevantes, onerando indevidamente usuários e empresas, em detrimento do desenvolvimento do país.

O acesso universal ao gás via redes - tentativa de penduricalho à reforma do gás - vai contra a agenda de promoção de infraestrutura sustentável do país. O custo de oportunidade de expandir redes de gás para a população, quando já contamos com acesso universal a energia moderna, confiável e sustentável, é muito alto, principalmente considerando nosso gap de cobertura no saneamento.

A reforma do gás veiculada no PL 6407/2013 não precisa disso - como atesta a visão do governo no Novo Mercado de Gás. E o país não suporta nem merece suportar tamanho erro de política em virtude de pauta de interesses restrita. E não se venha argumentar que as tarifas cobradas dos usuários podem e/ou devem cobrir os custos de expandir redes, pois o consumidor não aguenta mais pagar contas que não lhe dão contrapartida na forma de serviços de qualidade. Tais benesses embutidas na conta de eletricidade já dão provas do esgotamento desse modelo e seus prejuízos para a competitividade da indústria e para a sociedade em geral.

Joisa Dutra é diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getulio Vargas (FGV CERI). Este artigo expressa a opinião do autor, não representando necessariamente a opinião institucional da FGV..

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Companhias avaliam novos gasodutos após Lei do Gás

Na expectativa de que a Nova Lei do Gás seja aprovada na Câmara esta semana, as empresas do setor já traçam planos para investir em novos gasodutos, tão logo as regras sejam simplificadas. A Transportadora Associada de Gás (TAG), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e a Transportadora Brasileira Gasoduto

Bolívia-Brasil (TBG) mapeiam as rotas e pretendem começar por pequenos ramais, estimados em R\$ 630 milhões pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A estatal já mapeou um potencial de investimentos de R\$ 17 bilhões em onze novos projetos, no país, mas os maiores tendem a ficar para um segundo momento.

Se confirmados, os novos dutos poderiam elevar em 20% a malha nacional, de 9,4 mil quilômetros. A expectativa no mercado, contudo, é que os primeiros dutos a saírem do papel sejam as pequenas conexões que ligarão os terminais de gás natural liquefeito (GNL) da Golar, no Sergipe, e da GNA (Prumo, BP e Siemens), no Porto do Açu (RJ) ao sistema. O **Valor** apurou que a TAG e NTS debatem os detalhes das interligações com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e os donos dos terminais. Já a TBG abriu chamada pública para clientes interessados na expansão de sua infraestrutura.

As transportadoras acreditam que a expansão da malha ganhará ritmo com o fim do modelo de concessão - que será encerrado depois de dez anos de vigência, sem que nenhum metro de duto tenha sido licitado no período. A nova lei propõe a volta do regime de autorização, sob a promessa de agilizar a construção de novos gasodutos, agora que o setor está nas mãos da iniciativa privada.

Para o presidente da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural Por Gasoduto (ATGás), Rogerio Manso, a concessão é, por natureza, mais complexa. Nesse caso, a licitação da empresa responsável pela construção do duto é precedida de uma chamada pública para ofertar a capacidade e de um processo mais burocrático de planejamento e proposição de projetos.

“Num outro momento, a concessão era razoável, mas olhando para o dinamismo que se quer para o mercado, a autorização vai evitar essa camada adicional de complexidade. Esperamos que a Lei do Gás vá simplificar e aumentar a velocidade de implementação de projetos”, afirmou.

Manso acredita que há projetos represados e destaca que as conexões dos terminais de GNL, embora pequenas em extensão, são estratégicas para a abertura do setor. São elas que possibilitarão que o gás importado pela iniciativa privada abasteça as indústrias, que estão de olho nos baixos preços internacionais do GNL.

“Qualquer entrada de um novo fornecedor traz um aumento da competitividade no curto prazo”, afirma o diretor comercial e regulatório da NTS, Edson Real.

Os investimentos em grandes projetos, por sua vez, dependerão do ritmo do desenvolvimento do mercado. “Existe interesse absoluto das transportadoras em desenvolver novos projetos, mas os investimentos seguem uma cabeça de mercado, do casamento entre oferta e demanda. Os dutos vão aonde o mercado está”, afirmou, por sua vez, Manso, da ATGás.

O setor, aos poucos, ganha uma nova cara, com a privatização de seus principais agentes. A Engie assumiu o controle da TAG, ao lado do fundo canadense CDPQ, enquanto a NTS foi comprada por um consórcio liderado pela Brookfield. A TBG também será colocada à venda pela Petrobras. As companhias se preparam, agora, para lidar com um mercado plural.

Nesse sentido, o diretor comercial e regulatório da TAG, Ovidio Quintana, conta que tem mantido conversas com a ANP e Petrobras para definir a real capacidade disponível dos seus gasodutos. A ideia da empresa - e da NTS - é promover chamada pública para contratação dessa capacidade ao fim de 2021.

As indústrias pedem mais agilidade. “A Lei do Gás põe pressão forte em cima da ANP e dos transportadores. A indústria não quer esperar para 2022 a oportunidade de migrar para o mercado livre”, disse o gerente de gás da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Adrianno Lorenzon.

A TAG tem a intenção de fazer uma chamada extraordinária, antes disso, para atender a demandas urgentes. Ele cita o caso das fábricas de fertilizantes da Bahia e Sergipe, arrendadas pela Petrobras à Proquigel - que busca fornecedores de gás para abastecer as unidades e precisará acessar a malha da TAG. “Temos uma agenda de curto prazo para atender a situações específicas”, afirmou Quintana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho — Do Rio

Título: Abertura do setor ainda tem algumas pendências

Os agentes do mercado de gás natural estão confiantes de que o novo marco legal do setor começará a destravar investimentos - possivelmente - no curto prazo. O ritmo da abertura da indústria do gás, no entanto, poderá ser maior ou menor, a depender do avanço da agenda regulatória e do cumprimento do termo de compromisso da Petrobras com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), além, claro, da própria dinâmica da iniciativa privada no desenvolvimento de projetos.

Há um certo consenso no mercado de que a Nova Lei do Gás avança, ao mudar o regime de outorga de novos gasodutos (da concessão para autorização), e ao obrigar, em lei, a Petrobras a abrir a sua infraestrutura para terceiros.

A legislação não esgota, porém, todas as pendências, para que a abertura se consolide. Antes da construção de novos gasodutos, por exemplo, falta resolver quando a capacidade disponível da infraestrutura já existente será ofertada. Transportadores prometem para 2021 as chamadas públicas para contratação dessa capacidade, mas ainda não há um calendário oficial que dê previsibilidade aos agentes. Sem acesso aos gasodutos, os novos supridores não conseguem atender ao mercado.

“Só segurança jurídica não atrai investimento. Qualquer negociação no mercado livre, hoje, tem nessa incerteza [sobre o acesso aos gasodutos] algo bastante delicado”, afirma o presidente da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto.

O executivo de uma petroleira afirmou, sob a condição de anonimato, que a própria abertura da infraestrutura da Petrobras, ao fim do dia, passa também por um entendimento sobre a remuneração dos ativos e do olhar dos reguladores sobre eventuais abusos.

O sócio do escritório Vieira Rezende, Ricardo Martinez, lembra também que o mercado livre de gás passa pelo avanço das regulações estaduais. “Cabe aos estados adaptarem as suas legislações, para que a indústria possa usufruir de todos os benefícios da abertura”, afirma Martinez.

A Abegás, representante das distribuidoras, destaca a importância da inclusão, em lei, de mecanismos de estímulo à criação da demanda, sob o risco de que, mesmo com a segurança jurídica, não haja mercado suficiente para absorver a oferta crescente. As distribuidoras defendem que a Nova Lei do Gás inclua uma política energética para propagação de termelétricas inflexíveis (de uso contínuo) de forma a viabilizar a interiorização dos dutos. “Não podemos perder essa janela de oportunidades para que o gás seja universalizado. Precisamos buscar a integração do sistema elétrico e do gás”, disse o diretor de Estratégia e Mercado da Abegás, Marcelo Mendonça.

As distribuidoras são o ponto dissonante no debate sobre a Nova Lei do Gás. Representantes das indústrias, produtores, transportadores se juntaram numa espécie de coalização em defesa do projeto apresentado pelo relator na Câmara, o deputado Laércio Oliveira (PP/SE). O grupo defende que a modernização do setor não comporta mais subsídios cruzados que promovam a expansão dos dutos às custas de tarifas de energia mais caras. Mendonça rebate que o subsídio já existe no modelo atual, para bancar as térmicas flexíveis.

Segundo o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, a demanda virá naturalmente, a medida em que haja mais competição. “Quando trazemos concorrência, as margens [dos elos da cadeia] reduzem muito”, afirmou.

Para o secretário-executivo de gás do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Luiz Costamilan, a nova lei traz condições de competição já “no curtíssimo prazo”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Estudo diz que eficiência energética tem melhor custo-benefício que autogeração

Empresas têm melhor custo-benefício investindo em soluções de eficiência energética, como a troca de equipamentos antigos e a aplicação de tecnologias mais avançadas, do que em novos projetos de autogeração de energia no local de consumo.

A conclusão é de um estudo inédito da Comerc ESCO, braço do grupo Comerc Energia. Feito com base em dados próprios de mais de 40 projetos encomendados por clientes da indústria e do varejo, o levantamento comparou os custos médios de implantação de diferentes soluções e seus respectivos prazos de retorno do investimento (“paybacks”). Constatou-se que é mais barato e vantajoso ser eficiente e economizar energia do que gerá-la no local de consumo construindo uma nova usina.

O presidente da Comerc ESCO, Marcel Haratz, afirma que o mercado para as “escos” - apelido dado às empresas de serviço de conservação de energia - vem crescendo nos últimos anos, mas menos do que poderia porque não há uma “cultura arraigada” de eficiência no Brasil. “O país desperdiça mais de 23 terawatts-hora (TWh) ao ano, é quase um terço da geração de Itaipu no ano passado”, diz, se referindo a dados do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Haratz observa que houve um “boom” de projetos de autogeração nos últimos anos, como os de micro ou minigeração distribuída fotovoltaica, mas que esse movimento não foi acompanhado pela redução no desperdício de energia. “A geração de energia na fonte de consumo, junto com a eficiência energética, é um binômio perfeito. Esse outro lado não pode ser esquecido, porque senão você gera energia no seu telhado para jogar no lixo.”

Os projetos de eficiência energética no âmbito privado, pouco incentivados no Brasil, podem ser uma forma de aumentar a competitividade das empresas para a saída da crise, avalia Frederico Araújo, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco). Pelos cálculos da entidade, a indústria tem potencial de economizar R\$ 4 bilhões por ano com eficiência energética. Para o comércio, a cifra estimada é de R\$ 2,4 bilhões.

Segundo Araújo, as “escos” não ficaram imunes à crise e também sentiram diminuição dos negócios no início da pandemia. Porém, ele afirma que as empresas voltaram a tirar projetos da gaveta. “Já sentimos a retomada, percebemos aumento dos pedidos de cotação por projetos.”

Existem basicamente dois grandes mercados para a área no Brasil. No ambiente público, os projetos são fomentados pelo Programa de Eficiência Energética (PEE), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que viabilizou R\$ 5,9 bilhões em investimentos de 1998 a 2019. Já no ambiente privado, as “escos” têm como principais clientes a indústria, hospitais e shoppings.

“Estamos vendo agora um movimento de consolidação, com grandes empresas se estruturando para abocanhar esse mercado”, diz Araújo, citando Engie e a GreenYellow, do grupo Casino.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: Sigma capta US\$ 13 milhões no Canadá e conclui financiamento de projeto de lítio

O projeto conduzido pela Sigma Lithium em Minas Gerais, que prevê a produção e o beneficiamento de lítio para a indústria de bateria de carros elétricos, captou na semana passada US\$ 13,3 milhões na bolsa do Canadá, onde a companhia negocia suas ações.

A captação se deu por meio de uma oferta de ações e garantiu o fôlego financeiro que faltava para tirar o empreendimento do papel. Dois grandes fundos internacionais investiram na empresa comprando ações: o americano J anus Henderson e o britânico CQS. O CQS já era investidor e aumentou sua participação.

Dois investidores brasileiros também injetaram recursos durante a oferta: o Bradesco Asset Managment (que já era um dos investidores) e o JGP Asset. A Sigma tem ainda como acionista outro grande fundo global americano, o Black Rock, entre outros fundos.

O principal acionista continua sendo o fundo de private equity A 10. Com o aumento de capital proveniente de oferta na bolsa canadense, o A 10, que tinha 70% do negócio, passou a ter 65%.

Ana Cabral-Gardner, sócia-gestora do A 10, disse ao **Valor** que a captação na bolsa teve como objetivo complementar um financiamento de US\$ 45 milhões que a Sigma havia levantado em junho junto ao Société Générale. Havia uma exigência do banco francês de que a Sigma entrasse com US\$ 10 milhões, como equity.

Segundo Ana, a companhia e seu projeto de lítio atraíram tamanho interesse nos investidores que a decisão foi ampliar a captação para US\$ 13,3 milhões.

Ana diz o que sucesso da companhia junto ao mercado financeiro não tem relação apenas pelo projeto de lítio em si, mas porque, segundo ela, a Sigma tem um forte enquadramento no conceito de governança ambiental, social e corporativa (ESG na sigla em inglês).

Além dos recursos do banco e da captação na bolsa, a Sigma conta com US\$ 27 milhões, negociados em 2019 com o conglomerado japonês Mitsui a título de pré-pagamento pela compra da parte da futura produção. E mais US\$ 2 milhões da Agência de Crédito à Exportação, da Espanha.

Com isso, o projeto passa a ter um colchão de recursos que permitirá não apenas custear a construção da unidade de beneficiamento, como também para manter sua saúde financeira nos primeiros meses de operação, quando a produção ainda não estiver totalmente azeitada.

“O que nós precisávamos fazer em termos de financiamento para a construção da unidade era esse total de US\$ 74 milhões”, disse Ana. “Mas além desse capex de US\$ 74 milhões, temos um complemento para capital de giro para o período de comissionamento da unidade.”

Pelos planos, a fase chamada de pré-engenharia começa ainda neste mês e as obras, efetivamente, mais no fim do ano. O empreendimento fica na cidade de Itinga, no Vale do Jequitinhonha, a cerca de 640 quilômetros de Belo Horizonte.

Os recursos serão desembolsados ao longo da construção. A expectativa da Sigma é que em 2022 esteja fazendo seus primeiros embarques partindo de Minas Gerais.

O produto final da Sigma será o concentrado de lítio de alta pureza para uso em baterias na nova indústria de veículos elétricos. É um negócio que já tem grandes operadores, entre eles, as americanas Albermale e Livent, a chilena SQM e as chinesas Gangfeng e Tianqi.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/08/2020****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo****Título: Primeira mulher a comandar siderúrgica da ArcelorMittal**

A centenária siderúrgica ArcelorMittal nomeou pela primeira vez uma mulher para comandar uma unidade industrial na América Latina e no Brasil. Tatiana Nolasco Abreu é a nova diretora de negócio da ArcelorMittal Sul Fluminense, que abrange as plantas industriais de Barra Mansa e Resende, no Rio de Janeiro.

Essas usinas foram adquiridas há dois anos e meio da Votorantim Siderurgia e têm capacidade anual de produzir mais de 1 milhão de toneladas de aço bruto. A partir de agora, Tatiana comandará 1,3 mil empregados diretos e indiretos, dos quais, 90% são homens.

“Sou a primeira mulher em 100 anos da empresa a assumir uma diretoria na área industrial. No setor siderúrgico, é mais comum ver mulheres à frente da área jurídica ou de recursos humanos. Agora, diretora de planta é incomum. É um movimento que está acontecendo nas grandes companhias e cada vez mais forte.”

Formada em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Tatiana, hoje com 40 anos, começou a carreira na antiga empresa de aço do grupo Votorantim, ainda como trainee, aos 20 anos. Passou por todas as áreas da companhia, assumindo gerência em gestão, planejamento e logística, suprimentos, qualidade e produção.

“Aceitei desafios de estar à frente de áreas que eu nunca tinha trabalhado antes. E sempre consegui trazer excelentes resultados para as equipes e processos. Isso só foi possível em função da habilidade de gerenciar mudanças, capacidade de adaptação, vontade de aprender e habilidade de colocar as pessoas certas nas posições corretas”, afirma a executiva.

Segundo Tatiana, a sua nomeação para a diretoria industrial foi um processo natural, pois, além de ser “cria” da casa, ela foi parte importante da reformulação que as usinas passaram logo após serem compradas pela ArcelorMittal, em 2017. “Estava na área de suprimentos e depois assumi a área técnica, qualidade e gestão. Estava também a frente dessa transformação pois era a responsável pela gestão todos os projetos e processo para o aumento de qualidade”, disse Tatiana.

Segundo ela, a ArcelorMittal mudou o foco de atuação das unidades. Antes, muito focada no atendimento da construção civil, a companhia investiu cerca de

R\$ 98 milhões de 2018 a 2020 para produzir aços especiais e aumentar o portfólio de produtos. Hoje, a unidade tem clientes nos setores automotivo, elétrico, agrícola e estrutura metálica e produz cerca de 1,7 mil produtos diferentes.

“Já prevendo esse processo, o meu diretor na época me transferiu para gerenciar a laminação. Olhando os meus 20 anos de carreira, assumir uma gerência operacional era preciso, por mais que conhecesse os processos. Era importante ter essa passagem. Ter uma visão global da operação. E, com isso, tivemos índices que de performance melhores com foco em segurança e tecnologia.”

Tatiana, que é casada e mãe de dois filhos - Rafael de seis anos e Paula, de quatro - disse ao **Valor** que o maior desafio agora é tornar a unidade referência da ArcelorMittal no Brasil e no mundo. “O desafio é perenizar todos os recordes e avanços que conquistamos nesses dois anos e meio de nova gestão. Além disso, devemos nos tornar referência em performance nas áreas da aciaria e laminação e agregar ainda mais valor aos nossos produtos.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2020

Seção: Colunas

Autor: LETICIA PAKULSKI, ISADORA DUARTE e CLARICE COUTO

Título: » Tudo ou nada.

Coluna do Broadcast Agro

Parece não haver luz no fim do túnel na negociação entre Brasil e Estados Unidos quanto à redução da tarifa de importação sobre o etanol norte-americano. O presidente dos EUA, Donald Trump, quer isenção, enquanto a indústria brasileira de etanol insiste na elevação da tarifa de 20% para 35%. Hoje 750 milhões de litros por ano são liberadas do imposto. “Não é uma conversa fácil e envolve interesses estratégicos de ambas as partes”, diz uma fonte.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/08/2020

Seção: Opinião

Autor: Leandro Colon

Título: Bolsonaro só pensa em 2022

A eleição presidencial de 2022 começou, as ruas já flertam com a reeleição de Jair Bolsonaro e alguém precisa contar para a oposição.

A agenda do impeachment, por ora, inexistente no Congresso, não vai prosperar no cenário atual. Tende a ser ineficaz insistir nela.

Não há sinais de que Bolsonaro corre risco até o fim de seu mandato por mais que razões possam ter (e não são poucas) para a abertura de um processo de afastamento.

Uma ação de impeachment precisa, além de ambiente político favorável, de um empurrão de fora que sustente a derrubada.

O Datafolha mostra que Bolsonaro está forte. Segundo a pesquisa, ele atingiu sua melhor avaliação no mandato, com 37% dos brasileiros considerando seu governo ótimo ou bom.

A curva de rejeição caiu de 44% para 34%, diz o levantamento. Para 47%, ele não tem culpa pelas 100 mil mortes causadas pela Covid-19 no país.

Alavancado pelo auxílio emergencial, que impediu 23,5 milhões de caírem na pobreza, o presidente está todo serelepe.

Semana passada foi para Belém inaugurar obras. Desembarca nesta segunda (17) em Sergipe para cortar a faixa de uma usina termoeletrica. E faz troça com o teto de gastos.

Bolsonaro joga para dentro também. Enlaçou-se com o probo centrão e namora o MDB do neoaliado Michel Temer. Réu por corrupção, o ex-presidente teve de pedir autorização da Justiça para chefiar a comitiva enviada ao Líbano.

Bolsonaro nem se constrangeu em indicar Ricardo Barros para liderar seu governo na Câmara. Deputado pelo PP-PR, Barros tem um prontuário extenso no ramo das investigações.

Com o fracasso na formação da Aliança pelo Brasil, Bolsonaro busca agora um partido para disputar a reeleição. Admite até deixar de lado as agruras com o PSL, a sigla especializada em laranjas que o elegeu em 2018.

O presidente movimenta as peças sem pudor. Quando (e se) seus adversários encontrarem um rumo nos próximos dois anos, pode ser tarde demais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/08/2020

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA BRASÍLIA

Título: Estatais que governo planeja privatizar são só 17% do total

PESO DAS ESTATAIS 'BLINDADAS'

Empresas públicas com aval de Bolsonaro para privatização são só 17% do patrimônio total

Indicado para suceder Salim Mattar na tarefa de tocar o projeto de privatizações, o novo secretário de Desestatização, Diogo Mac Cord, só poderá avançar sobre uma pequena parte do universo de quase 200 companhias públicas, entre as diretamente controladas pela União e as subsidiárias. Segundo dados de 2019, as estatais somam R\$ 711,4 bilhões em patrimônio líquido. Mas, desse montante, 83% correspondem às empresas blindadas pelo presidente Jair Bolsonaro: Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, além do BNDES. Os demais negócios do governo federal, inclusive a Eletrobras, contabilizam R\$ 118,2 bilhões — ou 17% do total. Para especialistas, está claro que o processo de redução desse portfólio tende a ser demorado e depende de articulação política.

Os dados são do mais recente Boletim das Estatais, do Ministério da Economia. O patrimônio líquido das estatais não reflete necessariamente o valor pelos quais seriam vendidas. Isso depende de fatores de mercado. No entanto, dá uma dimensão do que de fato poderia sair das mãos do Estado.

Nas contas de Mattar, o número de ativos é bem maior que as 46 empresas de controle direto da União e as 148 subsidiárias — que somam 194 estatais. O ex-secretário calculou ainda 210 coligadas (nas quais companhias controladas pela União ou subsidiárias têm participação significativa) e outras 210 participações do governo federal em empresas, o que eleva o total de bens a serem desestatizados para 614. Com base nesse critério, ele deixou o cargo com uma marca de 84 vendas, mas não privatizou nenhuma empresa-mãe, uma estatal clássica. Em novembro, ainda viu o governo Bolsonaro criar mais uma: a NAV Brasil, responsável pelo controle do espaço aéreo.

EMPRESAS EMPREGAM 476 MIL

A estratégia do ex-secretário se concentrou na venda de subsidiárias de estatais ou de participações detidas por elas em outros negócios. Só a venda de subsidiárias da Petrobras, como BR Distribuidora e TAG, e ações detidas pelo BNDES resultaram em R\$ 88,7 bilhões, aproximadamente 65% do total de R\$ 134,9 bilhões arrecadado. A ação do BNDES, segundo fontes, foi um pedido específico do ministro da Economia, Paulo Guedes, para turbinar os trabalhos da pasta na desestatização, diante da dificuldade em outras frentes.

O patrimônio de R\$ 118,2 bilhões que estaria livre para venda é um número que pode variar. O balanço do Ministério da Economia não detalha quanto dos

valores concentrados nas empresas cuja privatização foi vetada por Bolsonaro é referente às subsidiárias dessas companhias.

Esses negócios sob o guarda-chuva de grandes estatais estão no plano de desestatização da equipe econômica e podem ser entregues ao setor privado sem aval do Congresso, graças a uma decisão do ano passado do Supremo Tribunal Federal (STF). Já a venda de uma empresa-mãe, como a Eletrobras, precisa passar pelo Legislativo.

Egresso do setor privado e um crítico da excessiva presença do Estado na economia, Mattar saiu com duras críticas à burocracia do setor público. Para ele, o ambicioso projeto de Guedes não avançou por falta de vontade política.

O tamanho do universo de empresas estatais dá a dimensão das pressões. Hoje, essas empresas empregam mais de 476 mil funcionários, o que reforça a corrida de políticos por indicações e a resistência de corporações contra perda de prerrogativas.

O conjunto de companhias públicas inclui casos que se transformaram em anedotas nos debates sobre a redução do papel do Estado. É o caso da EPL — que nasceu para projetar o trem-bala brasileiro, que jamais saiu do papel. Hoje, a empresa ainda tem 132 funcionários e depende de recursos da União para se manter no papel. No ano passado, os repasses foram de R\$ 98 milhões.

COMPANHIAS DEPENDENTES

A Ceitec, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, também virou folclore ao ser apelidada de empresa do “chip do boi”. A fabricante de semicondutores, que ainda preserva 183 funcionários, está em processo de ser dissolvida, segundo o relatório mais recente do Programa de Parcerias e investimentos (PPI).

Ambas as companhias fazem parte de um capítulo à parte na discussão sobre estatais no país: as empresas dependentes. Só no ano passado, o governo precisou desembolsar R\$ 20 bilhões para mantê-las de pé. O grupo inclui desde casos emblemáticos de distorções do papel do Estado a organizações em pleno funcionamento, como a Embrapa.

Na avaliação do analista da Instituição Fiscal Independente (IFI) Josué Pellegrini, que acompanha o panorama das estatais, o debate sobre as empresas dependentes passa pela definição de que políticas públicas fazem sentido no país, já que, na prática, essas instituições atuam como órgãos do governo.

—A gente tem muito pouca avaliação de políticas públicas no Brasil. E isso vale para tudo, os benefícios tributários, os subsídios, política educacional e, como

não poderia deixar de ser, essas empresas criadas para um determinado objetivo também não são avaliadas — afirma o especialista.

O governo planeja avançar no processo de privatizações, mas sabe que será lento. Hoje, 15 empresas estão na lista de estudos, incluindo Correios e Eletrobras, que depende da negociação com o Congresso e deve ser vendida até o terceiro trimestre de 2021, segundo informou recentemente o presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior.

No mercado, há expectativa de que o processo acelere, mas os riscos estão calculados.

— Quem achar que não vai ter discussão jurídica sobre qualquer ativo, em qualquer época, quando ele tem uma exposição midiática, está sonhando — comenta Alberto Sogayar, sócio da área de infraestrutura do L.O. Baptista Advogados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/08/2020

Seção: Economia

Autor: Márcio Holland, economista

Título: 'O desafio da privatização continua sendo ideológico'

ENTREVISTA

O economista Márcio Holland, professor da FGV, ex-secretário de Política Econômica e coordenador do Observatório das Estatais, avalia que faltam estudos técnicos para definir a estratégia de privatização no Brasil.

Como vê o desafio de acelerar as privatizações no Brasil?

O maior desafio da privatização no Brasil continua sendo ideológico. Infelizmente, quando vamos discutir privatização, dizemos “vamos fazer porque somos liberais” e, aí, se constrói um argumento equivocado de que a justificativa para existência de uma empresa estatal é exclusivamente a visão de participação do Estado na economia. O debate deveria sair dessa seara e ir para a seara mais técnica, que é a justificativa da função social da empresa. Quando a gente faz essas perguntas técnicas, muitas delas não deveriam existir.

O que mais é entrave?

Além do de comunicação, há falta de estudos qualificados. Está se discutindo privatização num vazio. Não é à toa que o TCU (Tribunal de Contas da União) cobra muito desse processo. Quando vai privatizar, não há uma discussão sobre

quanto você vai vender, qual é o modelo operacional da privatização, quais são os impactos daquilo em termo de política pública. Não temos estudos sobre isso.

Como assim?

Quando foi anunciada a privatização da Eletrobras no governo Temer, foi anunciada uma redução de participação de 4% do Estado. Nunca foi colocada uma justificativa sobre o porquê desse percentual.

Que exemplos de estatais não funcionam?

As estatais têm modelos diferentes de privatização. Em algumas, basta a perda do poder do controle estatal, outras requerem uma fusão estratégica com outra companhia. Outras simplesmente deveriam ser descontinuadas. Você tem Trensul, CBTU, entre outros, que, se privatizar, com a venda inteira, melhora o serviço. O Estado não tem recursos para fazer investimento em mobilidade urbana. Tem casos de privatização em que a palavra é até forte, porque você vai vender apenas o controle. É o caso do Banco do Brasil, que, para mim, deveria ser nesses termos. Com 15% a 20%, o Estado mantém a área de crédito rural nos moldes atuais. Não é o Estado saindo da economia como alegam os críticos de privatização. (Marcello Corrêa)

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Lá no meu sertão

Hoje Bolsonaro inaugura a Usina Termoelétrica Porto de Sergipe. Vai usar 100% de gás importado. Enquanto isso, estamos reinjetando mais de 50 milhões de metros cúbicos de gás nacional do pré-sal e da Amazônia.

www.valor.com.br

Economia | Domingo, 24 de maio de 2014 | R\$ 1,00

A Rússia pode apoiar Lukashenko, alvo de protestos na Bielorrússia **A11**
Bancos devem comprar mais dólares **C2**

Saqueos do FGTS vão aumentar demanda das famílias, afirma Adolfo Sachsida **A4**

Valor

ECONÔMICO

20
R\$ 1,00

Destaque

Notas em troca de títulos **P2010**
O Brasil se prepara para o 10º aniversário da crise financeira global. Há quem acredite que o sistema financeiro do mundo não se recupera mais. Outros dizem que a crise financeira global não se recupera mais. Outros dizem que a crise financeira global não se recupera mais. Outros dizem que a crise financeira global não se recupera mais.

Receita em queda, após três anos de R\$ 170 bilhões
A Receita Federal do Brasil anunciou que a receita arrecadada em 2013 foi de R\$ 170 bilhões, o menor valor desde 2009. A queda foi de 1,5% em relação ao ano anterior.

Novos produtos: regras para o comércio eletrônico
O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou novas regras para o comércio eletrônico. As regras visam garantir a concorrência e a transparência no mercado.

Muito açúcar para a China
O Brasil é o maior produtor de açúcar do mundo. A China é o maior consumidor. A demanda chinesa por açúcar tem crescido rapidamente nos últimos anos.

Aproximação com quadro fiscal
O governo brasileiro está trabalhando para aproximar o quadro fiscal. O objetivo é reduzir o déficit e melhorar a saúde das contas públicas.

Entrevista com o ministro da Saúde
O ministro da Saúde, Alexandre Padua, foi entrevistado sobre a situação do sistema de saúde e as prioridades do governo.

Idéias
O Valor apresenta ideias e sugestões para melhorar a economia e a sociedade. As ideias são de especialistas e leitores.

Ernesto Lages e o Brasil
Ernesto Lages, ex-ministro da Saúde, fala sobre a situação do sistema de saúde e as prioridades do governo.

Justa de
A Justiça do Brasil está trabalhando para garantir a justiça e a equidade para todos os cidadãos.

Indicadores
O Valor apresenta indicadores econômicos e sociais para acompanhar a evolução do Brasil.

Indicadores
O Valor apresenta indicadores econômicos e sociais para acompanhar a evolução do Brasil.

Domínio de um mercado explica disputa pela Linx

David Bruns, Filipe Pereira e Álvaro Campos
De São Paulo

A disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil é uma disputa entre dois grupos de empresas. Um grupo é formado por empresas que já possuem cartões de crédito, como a Linx. O outro grupo é formado por empresas que querem entrar no mercado, como a Bradesco.

A Linx é uma empresa de cartões de crédito que foi fundada em 2008. Ela é controlada por um grupo de investidores, incluindo a Bradesco. A Linx tem uma participação de 40% na Bradesco.

A Bradesco é uma das maiores instituições financeiras do Brasil. Ela é controlada por um grupo de investidores, incluindo a Linx. A Bradesco tem uma participação de 40% na Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

Segundo o relatório, a Linx tem uma participação de 40% na Bradesco. A Bradesco tem uma participação de 40% na Linx. A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil.

A Linx é uma empresa de cartões de crédito que foi fundada em 2008. Ela é controlada por um grupo de investidores, incluindo a Bradesco. A Linx tem uma participação de 40% na Bradesco.

A Bradesco é uma das maiores instituições financeiras do Brasil. Ela é controlada por um grupo de investidores, incluindo a Linx. A Bradesco tem uma participação de 40% na Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

Segundo o relatório, a Linx tem uma participação de 40% na Bradesco. A Bradesco tem uma participação de 40% na Linx. A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil.

A Linx é uma empresa de cartões de crédito que foi fundada em 2008. Ela é controlada por um grupo de investidores, incluindo a Bradesco. A Linx tem uma participação de 40% na Bradesco.

A Bradesco é uma das maiores instituições financeiras do Brasil. Ela é controlada por um grupo de investidores, incluindo a Linx. A Bradesco tem uma participação de 40% na Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

A disputa entre a Linx e a Bradesco é uma disputa pelo domínio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A Linx quer manter sua posição de líder no mercado. A Bradesco quer entrar no mercado e competir com a Linx.

Fux vai poupar a Lava-Jato e dar prioridade à economia

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1872
JULIO MESQUITA
(1862 - 1927)

Segunda-feira 17 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46325

estadão.com.br



Rede contra evasão

Estudantes usam as redes sociais para trocar dicas de aulas e ajudar colegas afastados da escola pela pandemia. "Objetivo é motivar as pessoas a não desistirem", diz Giovana Moreira, 14 anos, da 8ª série, em SP. METRÓPOLE / PÁG. A10

Sobra recurso para imóveis, mas comprador está cauteloso

Em meio à crise da pandemia, o mercado imobiliário registra recorde na captação de recursos da poupança, principal fonte de financiamento de imóveis para a classe média. É o melhor resultado desde o Plano Real. Com juros mais baixos, momento é favorável para casa própria acima de R\$ 240 mil. O desafio, porém, é a recuperação da confiança do comprador. ECONOMIA / PÁG. B3

R\$ 87,9 bilhões

é o valor captado na poupança entre janeiro e julho para financiar imóveis

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Um dos principais instrumentos para se controlar a dívida interna é o mecanismo constitucional do teto de gastos. ECONOMIA / PÁG. B5

Fernando Reinach

Nem a Prefeitura nem o Estado são capazes de divulgar dados confiáveis sobre número de mortes em São Paulo. METRÓPOLE / PÁG. A11

Defesa deve ter mais verba do que a Educação em 2021

Proposta de Bolsonaro deixa o ensino atrás dos militares em R\$ 5,8 bilhões pela primeira vez em dez anos

O governo de Jair Bolsonaro prevê dar mais dinheiro para as despesas dos militares do que para a educação dos brasileiros em 2021. É o que mostra a peça que está sob análise no Ministério da Economia: reservar R\$ 5,8 bilhões a mais no Orçamento do ano que vem para despesas com militares do que

com o ensino público no País. Segundo a previsão, a Defesa terá um acréscimo de 48,8% em relação a este ano, passando de R\$ 73 bilhões para R\$ 108,56 bilhões. Enquanto isso, a verba do Ministério da Educação (MEC) deve cair de R\$ 103,1 bilhões para R\$ 102,9 bilhões. Caso confirmada, será a primeira vez

em dez anos que o Ministério da Defesa terá um valor superior ao da Educação. Em "live" na quinta-feira passada, Bolsonaro, militar da reserva, disse sofrer pressão para aumentar os recursos destinados às Forças Armadas, mas reclamou que "o cobertor está curto". POLÍTICA / PÁG. A4

Em discussão

Os ministérios da Economia e da Defesa afirmam que o rateio das verbas do Orçamento ainda será discutido e pode ser alterado. No Congresso, aliado bolsonarista diz que governo prioriza educação. PÁG. A4

Crime violento cai em 71% das cidades de São Paulo

Os crimes violentos caíram em 99 dos 139 municípios paulistas (71,2%) analisados pelo Índice de Exposição à Criminalidade Violenta. A cifra foi elaborada com base nos registros de roubos, estupros e homicídios em cidades com mais de 50 mil habitantes. As medidas restritivas e o isolamento social adotados em razão da pandemia deixaram as ruas mais vazias, principalmente entre março e maio. METRÓPOLE / PÁG. A9

NA QUARENTENA

MÚSICA X ELEIÇÕES

Neil Young proíbe Trump de usar suas canções e reacende o debate. PÁG. H6



TEATRO ONLINE COM REQUINTE

Nelson Baskerville dirige 'O Peso do Pássaro Morto' de forma original. PÁG. H1



Braçadas certas

Luiz Altamir Melo é destaque das provas de 200 metros e esperança de medalha na Olimpíada de Tóquio. ESPORTES / PÁG. A14

Putin oferece ajuda militar a ditador da Bielo-Rússia

Depois de receber uma oferta de ajuda militar de Moscou caso seu país sofra uma pressão externa, Alexander Lukashenko, presidente da Bielo-Rússia, disse ontem que não deixa o poder "nem morto" diante de uma inédita pressão popular em 26 anos

no comando. Foi a primeira vez que o governante, considerado pelo Ocidente como o último ditador da Europa, se manifestou publicamente desde que anunciou ter ganho com 80% dos votos, nas eleições do dia 9, o sexto mandato. INTERNACIONAL / PÁG. A7

São Paulo perde do Vasco por 2 a 1

ESPORTES / PÁG. A13

Rio adia reabertura de cinemas e teatros

METRÓPOLE / PÁG. A11

A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	107.879
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H ATÉ AS 20H DE ONTEM	582
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	963
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	3.339.999
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H ATÉ AS 20H DE ONTEM	22.167
TOTAL DE RECUPERADOS*	2.432.456

NOTAS & INFORMAÇÕES

A crise social e o desafio do Estado

A crise econômica e social causada pela pandemia tem levado mais famílias a recorrer aos serviços públicos - e o Estado tem de dar uma resposta à altura. PÁG. A3

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental

Passa da hora de o Congresso avançar com um projeto que já tramita há 16 anos. PÁG. A3

Tempo em SP

14 Min. 20 Min.

FÓRUM ESTADÃO
E HOJE
GÁS DO PRÉ-SAL
17/8 às 9H30

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.374

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00



FOGO NO PANTANAL AFETA FAUNA E REFÚGIO DE ARARAS-AZUIS

Veado encontrado morto em área afetada por queimada na região do Pantanal; fazenda São Francisco do Perigara (MT), que concentra 15% da população livre de araras-azuis, perdeu ao menos 70% da cobertura de vegetação nativa. Ambiente B5

Laila de Almeida/Folhapress

Lei sobre as florestas deve ser aplicada, diz ministra

Tereza Cristina (Agricultura) afirma que Código Florestal é garantia para reduzir desmatamento na Amazônia

ENTREVISTA DA 2ª

O Brasil precisa parar de discutir o Código Florestal, e sim implementá-lo para reduzir o desmatamento da floresta amazônica.

A opinião é da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ao comentar as diversas críticas feitas no exterior à política ambiental do governo de Jair Bolsonaro.

"Desenvolvimento não quer dizer que você vai ter a degradação ambiental", afirmou a ministra, ao criticar exageros no debate sobre o assunto. A lei atual foi adotada em 2012.

A ministra não acredita que o arrefecimento na guerra comercial entre americanos e chineses irá afetar o agronegócio brasileiro, em particular as exportações de soja.

Ela afirma que é preciso serenidade ao analisar a questão do alinhamento econômico aos EUA ou à China, tema que transcende o agronegócio em questões como a implantação de redes de tecnologia de celulares 5G no Brasil.

"Não vejo isso como um problema para eu deixar ou ficar no governo", disse. A14

Pretos e pardos são só 30% dos novos economistas

Apenas um terço dos que se formam em economia, profissão central para a formulação de políticas públicas, é composto por pretos ou pardos. Na população, são 56%. Disparidade levou à criação de uma rede para debater a questão. Mercado A18

Delação de Palocci não tem provas, conclui a polícia

A Polícia Federal afirma que a delação do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci acerca de um suposto caixa milionário do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), administrado pelo banqueiro André Esteves, não se sustenta com provas. Poder A7

Mpme A20

Pequeno empresário deve ampliar canais de venda aos poucos, avaliando estrutura

Esporte B10

Com 'bolha' segura, NBA começa fase de mata-mata em cenário imprevisível

Mathias Alencastro Bolsonaro no NE é projeto de poder

O aumento da popularidade do presidente Bolsonaro no Nordeste não é um acidente provocado pela pandemia. Ele se encaixa em seu projeto de poder, pois a extrema direita se move pelo desejo de conquistar os bastiões dos seus inimigos. Mundo A9

Presidente se queixa a Guedes por mais gastos

O presidente Jair Bolsonaro tem cobrado Paulo Guedes (Economia) a ser mais flexível sobre o aumento de gastos públicos. O foco são obras e benefícios sociais. O presidente se queixa de Guedes e quer aproveitar o momento de alta de popularidade. Mercado A13

Investidor cobra preço sobre a incerteza fiscal

Títulos de longo prazo do Tesouro têm melhor retorno devido ao medo do investidor acerca da política fiscal. Isso cobra um preço do governo, que elevou o estoque de sua dívida de curto prazo de 16% no início de 2019 para 23% agora. Mercado A16



PROTESTO CONTRA AUTOCRATA DA BELARUS REÚNE 100 MIL

Multidão protesta em Minsk contra o presidente da Belarus, Aleksandr Lukashenko, que recebeu oferta de ajuda militar da Rússia no domingo. Mundo A9

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	3,3 mil	107,9 mil
Ontem*	43,5 mil	963
Varição**	-3%	-4,7%

Estágio Estável

Estágios da pandemia

Acelerado
 Estável
 Desacelerado
 Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	26,9 mil
2º RJ	14,6 mil
3º CE	8,1 mil

Situação nos municípios

Acelerados
 Campinas (SP)
 Goiânia (GO)
 Jundiaí (SP)
 São José do Rio Preto (SP)

Estáveis
 Salvador (BA)
 Brasília (DF)
 Guarulhos (SP)
 Teresina (PI)

Dados das 20h de 16 ago
 *Média móvel de 7 dias
 **Em relação a 14 dias

AUDIÊNCIA/MÊS
 PÁGINAS VISTAS 197.389.357
 VISITANTES ÚNICOS 36.715.131



EDITORIAIS A2

Em defesa do teto
 Acerca de limite para alta das despesas do governo.

Freio aos dossiês
 Sobre decisão do STF relativa a ações de inteligência.

Democratas fazem sua 1ª convenção virtual

Tradicional, encontro de líderes partidários de todas as partes dos EUA para aclamar um candidato do partido à Presidência será quase todo feito pela internet. Mundo A10

Para delegado, dossiê antifascista é fora da lei

O delegado da PF Andrei Rodrigues classificou como desproporcional e fora da lei a produção pelo Ministério da Justiça de relatório sobre grupos antifascistas. Painel A4

Mortes por Covid-19 estão estáveis em SP

Os óbitos no estado de São Paulo pela Covid-19 se mantêm em estabilidade desde meados de junho, com média de 255 novos registros por dia nesse período. Saúde B2

[illegible]

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.904 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50



Galo vence e segue 100%

Invicto com três vitórias em três jogos, o Atlético-MG se isolou na liderança do Campeonato Brasileiro ao bater o Ceará no Mineirão por 2 x 0, com dois gols de Marrony.

PÁGINA 12



Viva as lives!

Saiba como interagir no mundo digital

DIVERSÃO & ARTE

Eleição nos EUA

Democratas denunciam manobra de Trump

PÁGINA 10

Tecnologia

Conheça o chinelo ecológico feito com algas marinhas

PÁGINA 11

Ed. Alves/CB/DA Press



Xô, fake news sobre coronavírus

Eduardo Bessa, da UnB, coordena grupo que produz notícias para pessoas com baixa escolaridade. PÁGINA 16

Aulas on-line

Universidade de Brasília inicia ano letivo

PÁGINA 15

Cuidado com golpes e fraudes

Durante a pandemia, o número de crimes praticados pela internet e por telefone aumentou 310%. PÁGINA 14

Bolsonaro quer diálogo com emedebistas

De olho na eleição para o comando da Câmara dos Deputados ano que vem, Jair Bolsonaro aproxima-se de lideranças do MDB, como o ex-presidente Michel Temer, para se fortalecer no Legislativo e escolher o sucessor de Rodrigo Maia (DEM). A legenda, por enquanto, pretende manter a linha independente, tanto que resolveu se desligar do governista Centrão. PÁGINA 2

Ed. Alves/CB/DA Press



Sol, água e riscos

Aglomerações, descuido de regras de segurança e consumo de bebidas alcoólicas aumentam o perigo de acidentes no Lago Paranoá, em tempos de pandemia. A Marinha tem 40 militares para atuar na fiscalização das 53,8 mil embarcações registradas na Capitania Fluvial de Brasília. Confira dicas de segurança do Corpo de Bombeiros para curtir o calor sem estresse.

PÁGINA 13



Protesto indígena na BR-163

Lideranças do povo Kayapó Mekragnotire alegam que estradas próximas às terras deles levaram a covid-19 para os tribos. Três anciãos morreram em uma semana. Governo destaca que investiu R\$ 70 milhões em ações contra a doença. PÁGINA 5

Brasil registra 107,8 mil mortes por covid-19

No país, o número de contaminados chega a 3,3 milhões de pessoas. No Rio, o prefeito Marcelo Crivella adiou por 15 dias a abertura de cinemas e casas de show. O DF tem 136 mil casos, com 1.976 mortos, segundo a Secretaria de Saúde. PÁGINAS 4 E 15

CB.Poder

Francisco Araújo, secretário de Saúde, é o entrevistado de hoje, a partir das 13h20, pela TV Brasília e pelas redes sociais do Correio Braziliense.



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99275-3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .